

O ensino de história e a produção do conhecimento

The teaching of history and knowledge production

André Luís Cortes da Silva¹

Maria Augusta de Castilho²

¹ Acadêmico do 7º semestre do Curso de História, Universidade Católica Dom Bosco.

² Doutora em História pela Universidade de São Paulo, Brasil (1997). Professora no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local e no Curso de História da Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS.
E-mail: m.a.castilho@terra.com.br

RESUMO **ABSTRACT**

O estudo é resultante de reflexões acerca da proposta do ensino de História e o desenvolvimento do conhecimento desse ensino na educação básica, com a abordagem de alguns aspectos que permitem compreender o processo ensino-aprendizagem. Entender o caráter investigativo da História é uma tarefa difícil, assim aluno e professor devem verificar os acontecimentos históricos e usá-los a favor do desenvolvimento social e humano. A história permite lançar também juízo de valor, avaliar os fatos e acontecimentos na vida cotidiana e estabelecer reflexões sobre tais relações ocorridas no tempo e no espaço.

The study is the result of reflections about the proposal of the teaching of history and the development of knowledge of even basic education, with the approach of some aspects that allow us to understand the teaching-learning process. Understand the investigative character of history is a difficult task, so student and teacher should verify the historical events and use them in favor of social and human development. The story also allows you to launch value judgment, assess the facts and events in everyday life and reflections on establishing such relationships occurring in time and space.

PALAVRAS-CHAVE **KEY WORDS**

ensino
saber histórico
produção do conhecimento

teaching
know historic
production of knowledge

INTRODUÇÃO

A pesquisa destaca aspectos relativos ao ensino de história e a produção do conhecimento na educação básica, sendo de grande relevância para a compreensão do processo de formação do aluno e do desenvolvimento das atividades docentes do professor.

Pensar a educação é algo de importância não somente para quem faz da reflexão uma práxis, mas para todos os que se sentem na obrigação de contribuir para o desenvolvimento de toda a humanidade. Torna-se fundamental para o professor de história conhecer o processo educacional, o que pode auxiliá-lo a transpor os obstáculos e encontrar ferramentas que possam contribuir, para que os alunos sejam inseridos como participantes do processo educacional.

Nessa trajetória, o professor necessita ter um bom embasamento teórico sobre: currículos de história; PCN; políticas públicas; historiografia, enfim toda a legislação voltada para essa temática.

O trabalho foi pautado em leituras, análise e interpretação de obras voltadas para o ensino de história e para a produção do conhecimento.

1 O PROCESSO EDUCACIONAL E A REALIDADE ESCOLAR ATUAL

A educação escolar possui inúmeros fatores que contribuem para um melhor desenvolvimento do educando como pessoa ou mesmo cidadão. Durante o processo de formação escolar, os educandos vão se desenvolvendo dentro do âmbito escolar e cabe à instituição organizar e auxiliar esse desenvolvimento.

A educação é um conceito genérico, mais amplo, que supõe o processo de desenvolvimento integral do homem, isto é, de sua capacidade física, intelectual e moral, visando não só a formação de habilidades, mas também do caráter e da personalidade social. O ensino consiste na transmissão de conhecimentos. (ARANHA, 1996, p. 51).

A educação escolar no Brasil encontra inúmeros desafios, a começar pela desvalorização da capacidade produtiva dos alunos da educação básica. Há uma desvalorização dos profissionais que atuam direto na formação desses alunos, tornando visível a péssima qualidade de ensino oferecida pela educação pública em algumas regiões brasileiras.

A educação acaba abordando, em todas as suas dimensões, desafios, que, sendo vencidos, podem favorecer os setores sociais. Paulo Freire (1997) afirma que não se pode falar de educação sem falar de amor. Entende-se que o amor é um sentimento que quebra paradigmas, barreiras e pode mover a todos para a construção de um mundo mais humano e educativo.

Não há educação sem amor. O amor implica luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar. Não há educação imposta, como não há amor imposto. Quem não ama não compreende o próximo, não o respeita. (FREIRE, 1997, p. 25).

São inúmeros os problemas que correspondem a um resultado negativo na educação, desde problemas físicos da estrutura escolar; o despreparo de educadores por não ter uma compreensão clara do ato de educar; e ainda, como fator negativo, o desinteresse dos alunos pela aprendizagem, tendo a escola como um passatempo ou o momento de encontrar os amigos. O educador deve ter uma proximidade da realidade do educando para saber em qual terreno está atuando, pois ele, como mediador do processo, tem a capacidade de mudar a realidade atual que se encontra a educação.

O educador não pode ser um receptor credenciado, um memorizador que permanece horas a fio lendo e, quando aborda qualquer assunto, fica preso a textos escritos; às vezes, ao falar, fica longe do concreto porque não está inserido nos acontecimentos de sua própria cidade, do seu país, de sua época, tornando-se alienado. Dessa forma, é uma pessoa intelectualmente fraca e não se arrisca a falar algo a mais, pois pensa o mundo e a realidade de forma idealizada, fantasiada, algo até muito bonito, porém vazio. Freire (1997) destaca que: “a leitura verdadeira se compromete de imediato com o texto que a mim se dá e a que me dou e de cuja compreensão fundamental me vou tornando também sujeito” (FREIRE, 1997, p. 30).

O educador é por sua natureza um eterno pesquisador que frente à realidade indaga, constata, intervém etc. É um profissional sério, comprometido e rigoroso em suas buscas. Deve ser uma pessoa cautelosa quanto ao terreno que está pisando. Quando pesquisa, é porque deseja conhecer. Freire (1997, p. 33) assinala que: “pensar certo, do ponto de

vista do professor, tanto implica o respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação quanto ao respeito, ao estímulo e à capacidade criadora do educando”.

Ensinar exige respeito à realidade do outro, por isso é dever da escola respeitar os saberes populares e entender que a experiência do educando pode ser conteúdo a ser trabalhado em sala de aula realizando associações como assuntos próprios do lugar em que os alunos vivem como, por exemplo: a poluição, os lixões, a desigualdade social, a corrupção, a fome a falta de “terra”, as greves, as violências, as drogas etc. (FREIRE, 1997). Esses são assuntos que, quando abordados nos livros didáticos de história, podem e devem ser seguidos de uma associação com a realidade e com o momento em que se vive.

Dentro dessa abordagem compreensiva da realidade, é possível entender que não haveria criatividade sem a curiosidade, movendo as pessoas, pondo-as pacientemente diante da história do mundo que as fizeram, acrescentando a ele algo que as pessoas fazem. É respeitando a natureza do ser humano que o ensino de conteúdos não será alheio à sua formação.

Ensinar não é transferência de conhecimento, mas criar possibilidades para a elaboração e produção dele.

Somente um ser é capaz de sair de seu contexto, de “distanciar-se” dele para ficar com ele; capaz de admirá-lo para, objetivando-o, transformá-lo e, transformando-o, saber-se transformado pela própria criação; um ser que é e está sendo no tempo que é o seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isto, de comprometer-se. (FREIRE, 1979, p. 17).

Aprofundar o estudo sobre a educação é fazer um estudo sobre o homem. Educação e homem; homem e educação são duas realidades de uma mesma moeda. Então é necessário ao professor como pesquisador realizar um estudo sério do processo educacional que fez e faz parte da formação do homem. O estudo deve partir do homem para encontrar o núcleo central de sua busca educacional, desejante do conhecimento.

O que se quer é uma educação sadia que fuja dos parâmetros corruptos e doentios, que trabalhe a pessoa a partir de sua dignidade legítima de ser sujeito de sua história, que seja reconhecido como sujeito e não como mero objeto.

Portanto, cabe aos educadores obterem um olhar crítico a todo o desequilíbrio que acontece na educação e que prejudica o seu próprio desempenho como educador, visto que é de uma valia espetacular a profissão de professor, pois possui um papel importante na sociedade. Tal atitude independe de qual matéria o professor ministre, seja história, geografia, física ou mesmo biologia, ele deve se assumir como entendido da real situação da educação.

2 A HISTORIOGRAFIA NO CONTEXTO DO ENSINO DE HISTÓRIA

O ensino de história, tal como os processos educacionais das diversas áreas do conhecimento, apresenta teorias e concepções próprias que são retratadas em seu método de ensino-aprendizagem. Destacam-se como características relevantes do ensino de história as produções historiográficas que norteiam a atividade pedagógica do professor.

A história pode ser compreendida como um saber perspectivo, por abordar uma realidade a qual não pode ser diretamente experimentada pelo observador. Esta, uma ciência que compõe uma multiplicidade de interpretações sobre os diversos fatos e acontecimentos estudados, organizados e apresentados pelos historiadores. A história nunca é apresentada como verdade absoluta, porque, assim como a realidade histórica, o saber histórico está em constante mutação. Essa visão está relacionada à mutação da compreensão dos fatos. Leandro Karnal (2004, p. 8-9) destaca que:

Ora, sendo o "fazer histórico" mutável no tempo, seu exercício pedagógico também o é. Eu diria que ensinar História é uma atividade submetida a duas transformações permanentes: do objeto em si e da ação pedagógica. O objeto em si (o "fazer histórico") é transformado pelas mudanças sociais, pelas novas descobertas arqueológicas, pelo debate metodológico, pelo surgimento de novas documentações e por muitos outros motivos.

Dessa forma, compreende-se que essa riqueza e variedade tornam a história um campo de estudo e pesquisa fascinante. As grandes obras historiográficas não são somente análises sobre documentos históricos, mas são, simultaneamente, documentos que testemunham as preocupações, o modo de pensar e os valores da sua própria época. Para exemplificar esse aspecto da história, pode-se conceber: uma ci-

dade observada por diferentes perspectivas pode parecer outra cidade, conforme o ponto de vista adotado; do mesmo modo, por maior que seja a diversidade de perspectiva e interpretações da história, todas tratam do mesmo passado humano, que é o patrimônio comum enquanto cidadãos do mundo.

A existência de diferentes interpretações é um ponto a ser destacado no ensino de história, mesmo as propostas sendo orientadas pelos currículos de história, PCNs, Programas de história, tornando-se necessário levar em consideração a abordagem teórica do professor, ou seja, as concepções historiográficas. Dentre tais concepções, as que se destacam como maiores influências à historiografia são: o positivismo, o marxismo e os *Annales* ou nova história.

Os conceitos históricos somente podem ser entendidos na sua historicidade. Isso quer dizer que os conceitos criados para explicar certas realidades históricas têm seu significado voltado para essas realidades, não sendo possível empregá-los indistintamente para todas e qualquer situação semelhante. Dessa forma, os conceitos, quando tomados em sua acepção mais ampla, não podem ser utilizados como modelos, mas apenas como indicadores de expectativas analíticas. Ajudam-nos e facilitam o trabalho a ser realizados no processo de conhecimentos, na indagação das fontes e na compreensão de realidades históricas específicas. (BEZERRA, 2004. p. 46).

O professor de história, enquanto organiza e planeja suas atividades pedagógicas, percebe as influências historiográficas, as teorias da historiografia e suas concepções. Envoltos em tais teorias, ele pode ser levado a produzir uma aula de história centrada na narração de fatos, na crítica social ou mesmo na reflexão dos conflitos de classes. A partir desse direcionamento, identificam-se os modelos diferenciados que vão do positivismo à nova história.

Concepção positivista: o positivismo corresponde a uma corrente filosófica iniciada no século XIX, por Augusto Comte; tal conceito surgiu ligado à ciência moderna.

Ao observar o desenvolvimento da inteligência humana desde os primórdios, Comte afirma ter descoberto uma lei fundamental que explicaria o processo para se chegar à maturidade do espírito humano. Seriam três estados pelos quais o espírito humano passaria para conceber suas ideias e a realidade: o teológico, o metafísico e o positivo.

No *estado teológico*, as explicações são dadas a partir de uma causalidade sobrenatural: os fenômenos resultam da ação dos deuses; no *metafísico*, os agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas, por noções absolutas pelas quais se procura explicar a origem e o destino do universo; finalmente, no estado *positivo*, decorrente do aparecimento das ciências, as ilusões são superadas pelo conhecimento das relações invariáveis dos fatos por meio de observações e do raciocínio que visam alcançar as leis efetivas. (ARANHA, 2003. p. 140).

Segundo Comte, o estado positivo seria o alcance da maturidade do espírito humano. A forma do conhecimento humano seria baseada na observação, na exatidão, portanto, ele deixa de lado as teorias e especulações da teologia e da metafísica. Comte se volta para as ciências positivistas, que podem ser constatadas entre os fenômenos por meio da observação e dos instrumentos teóricos.

Em relação ao ensino de história, o positivismo apresenta sua influência por meio da narração e pela busca da verdade com o uso apenas de documentos oficiais, visando à obtenção de resultados objetivos, claros e corretos. Através da ideia de neutralidade, os positivistas mantêm uma separação entre o pesquisador/autor e sua obra. Os positivistas, de forma neutra, retratam a história de uma dada realidade a partir de seus fatos. Determinam em sua concepção que os fatos históricos falam por si mesmos, os fatos são retirados dos documentos e organizados cronologicamente, sem serem acrescentados julgamentos para não modificar a história ou mesmo perder o cunho científico. Portanto o positivismo caracteriza o historiador como um agente imparcial, por não permitir que sejam lançadas compreensões acerca dos fatos históricos. O professor apenas transmite informações do passado, e o aluno recebe esse conhecimento sem produzir nenhuma análise ou crítica, apenas memoriza e decora essa história linear e cronológica.

Concepção marxista: o marxismo se caracteriza por um conjunto de ideias filosóficas, econômicas, políticas e sociais. A teoria marxista é fruto da produção filosófica de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). O marxismo compreende a vida social conforme os mecanismos das bases produtivas das sociedades e das lutas de classes através das concepções da dialética e do materialismo histórico.

O materialismo histórico, segundo Marx (séc. XIX), é a explicação da história por fatores materiais, ou seja, econômicos e técnicos. Por-

tanto o marxismo compreende o homem como um ser social histórico que, por meio de sua atividade produtiva - trabalho entendido como múltipla relação entre os homens e a natureza - e pela luta de classes, se desenvolve e produz a história. Aranha (2003) destaca que para Marx o movimento da história se faz a partir das contradições existentes no seio da sociedade.

De acordo com a compreensão de história em Marx, o conteúdo a ser abordado em sala deverá ter acrescentado aspectos de conscientização, por meio do entendimento e identificação das relações de poder ocorridas no passado e no presente. Tal proposta tem como princípio levar professor e aluno a assumirem e perceberem sua situação social, optando por uma participação ativa na história.

Concepção dos *Annales*: com o projeto de renovar a história, Lucien Febvre e Marc Bloch, no ano de 1929, criaram a Revista *Annales d' Histoire Economique et Sociale*, combateram a história tradicional e os representantes, apresentando o projeto de uma *nouvelle histoire*:

O que Febvre e Bloch trouxeram de novidade, de fato, foi sua compreensão da temporalidade histórica. Em suas obras históricas e “teóricas”, eles introduziram o permanente, o duradouro, recusando a história como o conhecimento exclusivamente da mudança. [...] Interessaram-se pelas estruturas econômico-sociais: nas estruturas econômicas, aparecem os meios de intervenção coletiva dos homens na natureza, para a produção dos bens materiais necessários à reprodução da vida; nas sociais, aparece o que há de “natural” na sociedade, isto é, o repetido, o resistente, o que há de comum entre os indivíduos. (REIS, 1996. p. 64).

A partir da nova estrutura da história desenvolvida por Febvre e Bloch, surgem novos conceitos para a leitura que envolve todo o processo histórico, a nova história, mais preocupada com a análise das estruturas; a história também sofreu mudança no campo das técnicas e dos métodos por meio de influências vindas das ciências sociais. Há uma nova concepção de tempo, visto que a nova história acaba recusando a hipótese de um tempo linear, cumulativo e irreversível, aborda os processos de longa duração. Outro aspecto relativo à construção da história que ganha uma nova concepção são as fontes históricas.

Logo, a proposta dada pela escola dos *Annales* é de uma renovação da historiografia. Assim, a historiografia passou por grandes

modificações metodológicas que permitiram maior conhecimento do cotidiano do passado, através da incorporação de novos tipos de fontes de pesquisa; a inter-relação com outras disciplinas; a adaptação da história-problema demonstrando a impossibilidade de se narrar os fatos tal como se passam. Através da escola dos *Annales* foram se adaptando, e surgiram novos conceitos criados pelas gerações que seguiram a proposta dos *Annales*.

Por meio dessa proposta, o professor de história tem como mecanismo a busca de elementos em diversas fontes e situações para auxiliá-lo no desenvolvimento de sua atividade pedagógica e, dessa forma, ensinar história. Por meio dessa nova visão de história, tudo que é produzido pelo homem é um produto de estudo, nessa nova concepção, incluem-se índios e negros etc. visto que tudo faz parte da história.

3 O ENSINO DE HISTÓRIA EM SALA DE AULA

O processo educacional é planejado e comporta suas normas e conteúdos. O ensino de história acompanha todos os fundamentos que são discriminados nos PCN's, Diretrizes de Bases da Educação Nacional, Currículo Escolar e demais requisitos que são indicados por órgãos do setor correspondente à educação nacional, e a partir dessas normas é que o professor organiza e desenvolve sua atividade educacional em sala.

No ensino de história, depara-se com uma variedade de indicações e requisitos para a atividade pedagógica ou mesmo qual historiografia usar; atenta-se à temporalidade-anacronismo; qual didática seguir. Enfim, ao professor de história cabe organizar e aplicar os conteúdos a serem abordados, com a intenção de alcançar o objetivo determinado para sua matéria.

O saber escolar acaba sendo representado como mero facilitador da assimilação de uma "ciência de referencia" pelos alunos, e não como uma disciplina autônoma em constante transformação no contexto escolar. (CHERVEL, 1990, p. 181-182).

O cerne da ação desenvolvida pelo professor de História em sala de aula é a de um mentor ou mesmo auxiliador, cuja atividade, por meio de tal exercício, permite-lhe conduzir o educando a possível compreensão e domínio do conteúdo programado.

O ato pedagógico pode, então, ser definido como uma atividade sistemática de interação entre seres sociais, tanto no nível da influência do meio, interação essa que se configura numa ação exercida sobre sujeitos ou grupos de sujeitos visando provocar neles mudanças eficazes que os tornem elementos ativos desta própria ação exercida (ARANHA, 1996, p. 50).

O ensino de História deve buscar compreender em seu processo o objetivo a que tal proposta pretende desenvolver com o ensino. Bezerra (2004, p. 42) entende que: “o objetivo primeiro do conhecimento histórico é a compreensão dos processos e dos sujeitos históricos, o desenvolvimento das relações que se estabelecem entre os grupos humanos em diferentes tempos e espaços”.

A formação do professor de história apresenta uma vasta opção de abordagem teórica a serem aplicadas em sala, porém essa vasta opção deve ser compreendida, administrada e aplicada de forma a considerar a finalidade do ensino de história no Ensino Fundamental e Médio. Associando a objetividade do ensino de história e a metodologia, Bezerra (2004, p. 42) enfatiza que:

A aprendizagem de metodologias apropriadas para a construção do conhecimento histórico, seja no âmbito da pesquisa científica, seja no do saber histórico escolar, torna-se um mecanismo essencial para que o aluno possa apropriar-se de um olhar consciente para sua própria sociedade e para si mesmo. Ciente de que o conhecimento é provisório, o aluno terá condições de exercitar nos procedimentos próprios da História: problematização das questões propostas, delimitação do objeto, exame do estado da questão, busca de informações, levantamento e tratamento adequado das fontes, percepção dos sujeitos históricos envolvidos (indivíduos, grupos sociais), estratégias de verificação e comprometimento dos conceitos (historicidade), proposta de explicação para os fenômenos estudados, elaboração da exposição, redação de textos. Dada a complexidade do objeto de conhecimento, é imprescindível que seja incentivada a prática interdisciplinar.

Quando se abordam as relações entre professor e aluno em sala de aula, deve-se priorizar a finalidade do ensino, e tomar alguns cuidados com o envolvimento do aluno com o objeto de estudo, nos quais se identifica sua compreensão, a escolha e organização dos conteúdos; a

abordagem histórica a ser desenvolvida; a periodização da história quanto à linearidade e sequencialidade. Sobre o assunto que corresponde às propostas metodológicas em sala de aula, Bezerra (2004, p. 40) destaca que: “há propostas diferenciadas, em que os conteúdos são organizados a partir de temas selecionados ou eixos temáticos, esperando-se maior liberdade e criatividade por parte dos professores”.

As características que o ensino de História assume são reflexos da sociedade na qual as escolas estão inseridas, portanto deve-se ter em mente que o processo educacional está inserido em propostas ideológicas e que a educação enfrenta seus desafios. Munhoz (1982, p. 67-68) busca esclarecer a compreensão que o aluno tem sobre o ensino de história assinalando que:

A maioria dos nossos estudantes não compreende a história que estuda nem suas finalidades. Talvez resida aí um dos principais motivos do constante desinteresse pelo estudo de história, pelo estudante de 1º e 2º graus. Acreditamos que esse desinteresse seja somente ao que concerne à história ensinada em nossas escolas. Neste sentido cabe ao professor comprometido com os interesses das classes dominantes apontar aos estudantes novos caminhos que visem criar no educando o interesse pelo conhecimento e compreensão da história como um processo. Pelo que expusemos, chegamos à conclusão de que a história oficial está comprometida com os interesses das classes dominantes. Cabendo-nos desmistificá-la a fim de se demonstrar qual é o seu lugar no universo ideológico do sistema de dominação de classes.

Como o propósito de envolver o aluno ao conteúdo, o professor de história pode usar da problematização dos temas, expor de forma a relacioná-los com o mundo cultural dos alunos, fazendo o educando se sentir e perceber participante da história e do processo educacional que acontece no ambiente escolar.

[...] as propostas curriculares que concebem o currículo e a educação dentro dos padrões mais atualizados constroem a trama expositiva procurando envolver o aluno por meio da problematização dos temas, de sua abordagem, da relação necessária com o mundo cultural do aluno; as atividades constituem o cerne do trabalho pedagógico apresentado, pensando sempre do ponto de vista da construção de um conhecimento significativo. (BEZERRA, 2004, p. 41)

O processo de ensino-aprendizagem de história requer uma compreensão por parte do professor e do aluno de todo o processo educativo, sejam conteúdos ou metodologias, para que juntos possam desenvolver o saber histórico em sala. Sobre a proposta de história no ensino básico Bezerra (2004, p. 43) infere que:

É preciso deixar claro, porém, que não é proposta do ensino básico a formação de pequenos historiadores. O que importa é que a organização dos conteúdos e a articulação das estratégias para trabalhar com eles leve em conta esses procedimentos para a produção do conhecimento histórico. Com isso, evita-se passar para o educando a falsa sensação de que os conhecimentos históricos existem de forma acabada, e assim são transmitidos.

É possível perceber que alguns professores privilegiam as datas e personagens históricos que contribuem pouco para a formação de um “aluno crítico”, capaz de “analisar e comparar fatos históricos, resultantes das ações humanas em diversos tempos e espaços”, como a noção mais ampla do que seja realmente importante no conhecimento histórico.

Percebe-se que não existe nada pronto, pois o professor deve passar por experiências ou seguir as orientações curriculares que têm por finalidade servir de apoio ao professor de história. Ruiz (2004) aborda as questões descritas por Hartog a respeito dos modelos de ensino, nas quais expõe que o professor deve se basear em dois princípios: “Trata-se, portanto, de ensinar aos alunos a não contemplar o “edifício da História” como algo já pronto, mas de ensinar-lhes a edificar o próprio edifício (RUIZ, 2004, p. 77).

De maneira geral, o conhecimento resulta da interação entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido. No contexto da sala de aula, essa interação se dá entre professor-aluno-conhecimento, numa relação ativa que envolve a construção e a reconstrução desse conhecimento, no sentido de sua aquisição e aplicação, com atividades ao mesmo tempo transformadoras do sujeito e do objeto, provocadora de novas interações.

O aluno deve ter a compreensão de que a história não apresenta acontecimentos separados ou isolados, pelo contrário deve-se vincular a interação entre professor e o aluno. O primeiro proporcionará o entendimento dos conceitos que produz a ligação de todo o processo histórico, e o aluno entenderá que o passado humano é um conjunto de comportamentos intimamente ligados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A origem do questionamento e interesse por tal pesquisa nasceu da possível compreensão do papel do professor no âmbito escolar e, em especial, na atual situação do ensino de história. Houve um desejo de aprofundar na real estrutura do ensino de história, com uma abordagem a alguns aspectos da realidade educacional hoje no Brasil.

Somam-se a este trabalho inúmeras outras fontes que esquematizam o processo educacional de história e várias pesquisas em torno da produção do conhecimento em história. Professores e pesquisadores tentam, da melhor maneira, potencializar e auxiliar o seu papel em sala de aula.

A pesquisa teve por objetivo esclarecer a situação atual educacional que enfrentam os professores de história da educação básica. É importante entender melhor o processo de ensino-aprendizagem, no qual o professor deve estar atento às teorias e princípios da abordagem da história, deparando-se com inúmeras fontes, formas historiográficas, que poderão auxiliar no domínio desse princípio estrutural da história, desenvolvendo um trabalho eficaz e contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino no brasileiro.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

_____. *Filosofando: introdução à filosofia*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

CHERVEL, André. Histórias das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia - saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

REIS, José Carlos. *Annales: a renovação da história*. Ouro Preto: UFOP, 1996.

SILVA, Marcos A. da (Org.). *Repensando a história*. 2. ed. São Paulo: Marco Zero, 1982.